

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

AGROPECUÁRIA BRASILEIRA 2017

Francisco Benedito da Costa Barbosa

Sócio Fundador – IPADES

A economia brasileira vem sofrendo uma terrível recessão com queda acentuada no Produto Interno Bruto (PIB) devido ao crescimento pífio ou negativo em período recente, com as seguintes taxas: 2014 (0,5%); 2015 (-3,8%); 2016 (-3,6%). Observando-se o biênio 2015-2016, houve uma queda acumulada de 7,2% no PIB, a pior desde 1948 quando essa avaliação começou a ser feita no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O ano de 2017 está acenando com uma perspectiva de pequena melhora, segundo os indicadores macroeconômicos até aqui registrados. A inflação oficial de 2016 ficou dentro do teto da meta, caindo de 10,71% em 2015 para 6,29% e abrindo espaço para a desejável redução da taxa básica de juros.

No setor produtivo, a boa notícia vem novamente do campo. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que leva em conta o ano-safra (de julho do ano anterior a junho do ano de referência), trabalha estimativa de que a safra de grãos de 2017 será recorde, 216,3 milhões de toneladas. A soja lidera com 104,9 milhões de toneladas. O regime de chuvas está confirmando essa previsão. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) estima que o Valor Bruto da Produção (VBP) rural crescerá 2,3% em 2017, alcançando R\$ 554,2 bilhões.

Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), o VBP agrícola crescerá 3.4%, impulsionado por um aumento de 6,2% no valor da safra de grãos, enquanto na pecuária o crescimento será apenas 0,4%, consequência de uma queda de 0,5% no VBP da carne bovina. Esse novo recorde da produção de grãos é liderado pelo Estado de Mato Grosso com 23,9

milhões de toneladas, seguido do Paraná com 19 milhões e o Rio Grande do Sul com 17,3 milhões. Esses três estados produzem mais de 60% da safra de grãos.

De acordo com o IBGE, a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas esperada para o Brasil em 2017 tem a seguinte composição: soja, 49,1%; milho envolvendo a primeira e a segunda safra, 38,8%; arroz atingirá 5,4%; trigo com 2,5%. Outros dez produtos, incluindo feijão, com três safras, correspondem 4,2%.

As boas safras de soja e milho asseguram a oferta de da base alimentar de aves e suínos a preços competitivos. A estimativa da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) é de que em 2017 a produção de frango de corte alcance 12,9 milhões de toneladas, com 4,38 milhões sendo exportada. O Brasil é o segundo produtor de carne de frango e o maior exportador.

Segundo o presidente da ABPA, Francisco Turra, um dos aspectos favoráveis às exportações é que o Brasil é o único entre os grandes produtores mundiais de avicultura que nunca registrou um caso de gripe aviária, de modo que suas exportações atingem 160 países.

No segmento de carne bovina o país deverá abater este ano algo em torno de 22 milhões de cabeças, número similar a 2016, mas o faturamento deverá ser 9% maior atingindo US\$ 6 bilhões, afirma Antônio Jorge Camardelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). Também apresenta como positivas as negociações para a entrada da carne brasileira na Indonésia, México e Canadá, além da liberação do mercado americano para a carne *in natura*.

Embora, segundo o IBGE, a agropecuária tenha um peso reduzido, próximo a 5% do PIB brasileiro, quando se somam à produção rural primária os valores que transitam nas cadeias produtivas – insumos, serviços e agroindústria – esse número toma robustez. Assim, a CNA calcula que em 2017 a contribuição da agropecuária para o PIB brasileiro será de 23%.

Mas a pujança da safra brasileira não é resultado tão somente do que foi plantado no último ano-safra, mas de todo um esforço que vem de três a quatro décadas. Já é uma unanimidade entre economistas dizer que a atividade rural no Brasil é a única na qual o país apresenta uma curva sustentável de produtividade. Segundo o “pai” da Revolução Verde e Prêmio Nobel da Paz, Norman Ernest Borlaug (1914-2009), a agronomia brasileira está fazendo a Revolução da Agricultura Tropical.

Agora, está às portas de uma segunda revolução no campo que irá acentuar ainda mais a colheita desses resultados positivos.

Essa revolução está novamente assentada sobre os pilares do avanço tecnológico cuja vanguarda, já em processo de difusão acentuado, inclui a chamada agricultura de precisão, mapeando em tempo real as características do solo para resultar no uso ótimo de insumos. A agricultura de precisão é um processo que vem sendo desenvolvido há alguns anos e que utiliza equipamentos acoplados às máquinas agrícolas para fazer o levantamento preciso das características de cada área do solo de uma propriedade rural, de modo a corrigir as diferenças de qualidade produtiva entre uma área e outra, as vezes dentro do mesmo hectare.

Mas também engloba sementes resistentes à seca, enchentes e pragas e chega às chamadas biomanufaturas, como os alimentos funcionais. As biomanufaturas são plantas que se destinam ao uso industrial. Segundo especialistas, trata-se da indústria do futuro, bem mais avançada do que o etanol de segunda geração, ou Bioetanol. Este é uma molécula igual ao Etanol comum, porém é produzida a partir do bagaço da cana-de-açúcar, que normalmente é quase todo descartado.

Atualmente algumas usinas já conseguem produzir o Bioetanol. Mas o maior desafio é fazê-lo de forma eficiente e com menor custo. A etapa mais importante da produção deste combustível é a utilização de um coquetel enzimático (mistura de enzimas específicas). Estima-se que sejam necessárias pelo menos vinte e cinco enzimas diferentes para a degradação completa da parede celular vegetal. Estas enzimas são essenciais para a degradação da parede celular da cana-de-açúcar para que ocorra a liberação do açúcar do bagaço e posteriormente a fermentação, resultando na produção do Bioetanol.

No entanto, como nem tudo são flores para agropecuária brasileira, é certo que o negócio rural deixa parte do seu rendimento perdido na ineficiência da infraestrutura logística do país, seja pela baixa utilização de modais de transporte mais econômicos, como o hidroviário e o ferroviário, seja pela má qualidade das vias do modal hegemônico, o rodoviário. São rotineiras, no Brasil, as dificuldades para levar a produção agrícola, especialmente em anos de safras muito boas, para as indústrias processadoras, para os canais de distribuição interna e para os portos.

Exemplo mais evidente está no potencial de exportação de grãos do Centro-Oeste brasileiro que ainda esbarra no desafio de ampliar a capacidade de escoamento

através dos portos do Norte e Nordeste do país, no contorno conhecido como Arco Norte. De acordo com a CNA, enquanto nos últimos seis anos a produção de soja e milho na área de influência do Arco Norte cresceu 8 milhões de toneladas/ano, a capacidade de movimentação de carga nessa região expandiu-se apenas 2 milhões de toneladas/ano.

Grandes prejuízos estão ocorrendo no escoamento da safra de grãos de Mato Grosso, em 2017, na BR 163 (Cuiabá-Santarém) no trecho dessa rodovia em território paraense que liga Mato Grosso aos portos de Miritituba e Santarém, no Pará. Desde 2013, esse trecho de 100 km deveria ter seu asfaltamento concluído, mas que até o momento está inconcluso. Problema semelhante ocorre na BR 364, que liga o Oeste de Mato Grosso a Porto Velho (RO). Em RO o asfaltamento não está concluído, gerando transtornos para as cargas chegarem ao rio Madeira e serem escoados até Itacoatiara (AM).

Num país dependente de rodovias para a maior parte do transporte de produtos, a malha rodoviária, além de insuficiente, é muito mal conservada, e muito mais caro o transporte. A Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja) aponta que em 2016 a média do frete no corredor de exportação mais tradicional, de Sorriso (MT) a Santos (SP), foi de US\$ 79 a tonelada. Nos Estados Unidos, onde predomina o transporte de grãos por hidrovias, esse custo chega a US\$ 25 por tonelada. Isso sem falar no aspecto burocrático, hoje para liberar um píer em um rio brasileiro, por menor que seja, é preciso mais de 20 carimbos de dez agências e instituições públicas, diz Paulo Rezende, professor de Gestão de Operações de Logística da Fundação Dom Cabral (FDC).

Outro importante setor para o qual a agropecuária brasileira tem que está atenta é o do comércio exterior. Atualmente o maior mercado é a China, em 2016 as vendas à ela efetuadas somaram US\$ 20,83 milhões, representando 24,5% do total exportado pelo setor. No entanto, estudo divulgado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no último trimestre de 2016, aponta que a tarifa de importação média da China aplicada a produtos agropecuários latino-americanos mais vendidos ao país, por exemplo, é cerca de duas vezes maior do que a do OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para os mesmos produtos. Se a tarifa chinesa se igualasse aos níveis verificados na OCDE, as exportações agrícolas da região poderiam crescer 9,6%.

Para Marcelo José Braga Nonnenberg, da Diretoria de Estudos, Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea), para o Brasil avançar em arranjos mais atraentes para o agronegócio deverá não só intensificar estudos sobre as barreiras nos países compradores, como também enfrentar as próprias disparidades que o tornam uma das economias mais fechadas do mundo.

Ainda no campo internacional o Brasil tem que acompanhar as políticas do novo governo norte-americano liderado por Donald Trump. A Constituição dos Estados Unidos (artigo 1, seção 8) determina que cabe ao Congresso regular as relações de comércio do país. Em artigo recente, porém, Hufbauer¹ chama atenção que ao longo dos anos foram sendo criados mecanismos de delegação do poder ao Executivo. Nesse contexto, o presidente Trump teria um elevado grau de autonomia para programar o comércio exterior, embora possa ser contestado pelos congressistas. Outro aspecto que pode barrar as pretensões do “neoprotecionismo” de Trump é a análise comparativa com as políticas da década de 1980 na presidência de Ronald Reagan, quando o déficit comercial era de US\$ 34 bilhões em 1981, e atingiu US\$ 134 bilhões em 1985.

Grande problema para o agronegócio brasileiro é a operação “Carne Fraca” da Polícia Federal, deflagrada em 17.03.2017, apontando corrupção na inspeção sanitária de frigoríficos, e colocando sob suspeita – para o mercado interno e externo – o padrão de qualidade da carne produzida no país. É mais um episódio lamentável que bem demonstra o grau de influência negativa de se politizar, via loteamentos partidários, praticamente todas as áreas da administração pública, deixando-se a área técnica simplesmente como executora de ordens cujos interesses são particulares e não públicos. O Brasil que saiu de um regime fechado em 1985, passou a uma democracia perdulária e permissiva para com o domínio dos políticos. A conta que esse *modus operandi* político brasileiro, danoso à nação, chegou, e está custando muito caro.

NOTA

1 HUFBAUER, G. C; NOLAND, M.; ROBINSON, S.; MORAN, T. Assessing trade agendas in the US presidential campaign. *PIIE Briefing* 16-6, set. 2016.